

América do Sul: Vocação Geopolítica

Therezinha de Castro*

Pem mais caracterizada como ibero-américa do que latina, contrastando com o setor anglo-saxônico, cortada pelo equador e pelo trópico de capricórnio, a posição geográfica da América do Sul lhe confere, grosso modo, a categoria de continente do hemisfério sul.

Com a forma triangular, o setor mais largo do continente se concentra na zona equatorial terrestre, estreitando-se ao atingir a faixa temperada para afunilar-se no vértice meridional na frente sub-antártica polar. Advém dessa posição geográfica encontrarem-se nos dois extremos do continente áreas pouco favoráveis ao estabelecimento humano: o norte quente e chuvoso e o sul frio e estéril.

Tal contraste que se equilibra no setor das baixas latitudes, onde a população, para evitar as temperaturas mais quentes, notadamente nos países banhados pelo Pacífico, deu preferência às zonas andinas. Em contrapartida, os países banhados pelo Atlântico, pondo em contato América do Norte/Europa/África, têm seus principais centros demográficos no litoral, fazendo do Brasil, o mais populoso do conjunto. Tal fato vai gerar a oposição entre as duas vertentes oceânicas: a do Pacífico, *mar solitário*, de navegação extensiva, com feixes de circulação bem mais regional; e a do Atlântico, de navegação intensiva, com feixe de circulação intercontinental.

Quer pela oposição das duas vertentes oceânicas, quer pela existência das zonas repulsivas, implantaram-se áreas geopolíticas neutras que, por sua posição no *hinterland*, predispuseram os países sul-americanos a uma dissociação econômica e psicossocial, vivendo de costas uns para os outros.

OCUPAÇÃO

Contribuiria também para o dualismo geopolítico sul-americano o Tratado de Tordesilhas (1494) seccionando, como fronteira esboçada, as duas grandes vias de penetração continental – entregando a foz do Prata aos espanhóis, proporcionou-lhes maiores oportunidades para a expansão pelos Pampas e pelo Chaco; conceden-

* Professora. Do Corpo Permanente da ESG

do a embocadura do Amazonas aos portugueses, coincidentemente o seu setor sul, o melhor braço para a navegação, permitiu que os lusos se apossassem daquela planície setentrional.

Facilitada a penetração espanhola ao sul e a portuguesa ao norte, o continente sul-americano foi induzido, embora indiretamente, a uma bipartição aproximada: 8.500.000 km² para os portugueses e 9.300.000 km² para os espanhóis. Caberia aos Andes e ao federalismo castelhano impor o *cantonalismo geopolítico* à América Espanhola gerando-lhe vários núcleos geoistóricos e dividindo-a, posteriormente, em várias repúblicas. Por outro lado o relevo mais baixo e a centralização do Reino Português confirmariam o unitarismo do Brasil com um único núcleo geoistórico. O fator fisiopolítico justifica a superioridade territorial do Brasil no conjunto sul-americano, já que a Argentina que o segue em área, atinge apenas a terça parte da superfície brasileira.

O espaço português posicionado em longa faixa atlântica, mais próxima da África e da Europa, contou com a vantagem dentro do contexto econômico, colo-

cando o Brasil em maior contato com Portugal; dentro do enfoque geoestratégico iria se caracterizar como centro de assaltos e tentativas de fixação por parte de elementos estrangeiros. Do outro lado, no setor do Pacífico, embora contando com a desvantagem geoeconômica da distância para com a metrópole, face ao isolamento, ficavam os espanhóis menos expostos aos invasores.

A conquista desordenada e a tendência à continentalidade exporia mais a metrópole espanhola com vasta área de disputa na América com outros vizinhos colonizadores. Assim, a zona de disputa iria se estender desde a América do Norte até a do Sul.

FISIOPOLÍTICA

Sabendo-se que as massas continentais se distribuem no Hemisfério Norte formando um grupamento em semicírculo centrado no Pólo Norte, a América do Sul se posiciona no Hemisfério Meridional ou Marítimo, no qual a Antártica se constitui no território mais considerável da metade inferior do planeta.

A América do Norte se orienta mais para o quadrante oeste, enquanto a América do Sul oferece exemplo típico de desvio continental para o leste. Assim, o meridiano de Lima, cidade na esfera do Pacífico Sul, passa por Washington na dependência do Atlântico Norte. Esse entorse continental caracteriza a América Meridional como América do Leste, criando a *zona de estrangulamento do Atlântico*, levando Recife a distar 18 graus de longitude de Dakar e 10 graus de Cabo Verde, a terra mais ocidental da África.

Considerando-se o meridiano de zero grau de Greenwich, toda a massa continental americana se concentra no Hemisfério Oeste ou Ocidental, entre os 36 graus do Cabo Branco no nordeste brasileiro aos 160 graus do Cabo Príncipe de Gales no Alaska. Nesse posicionamento, observa-se que a América do Sul está bem mais isolada pelo Oceano Pacífico, encontrando-se a grande distância da Austrália, que com ela se defronta numa linha leste-oeste, no setor do chamado *Crescente Externo Insular*.

Envolvendo-se em duas vertentes oceânicas, o conti-

nente sul-americano caracteriza-se por duas zonas longitudinais.

A primeira é formada pelos Andes, cadeia de montanha prolongando-se de norte para sul por mais de 7.000km, formando verdadeira barreira ao longo do Oceano Pacífico e levando a América do Sul a voltar-se bem mais para o Atlântico em seu *destino manifesto*.

A segunda é constituída por três planícies, Orenoco, Amazônica e Platina, e três planaltos, Guianas, Central ou Brasileiro e Patagônia, que se intercalam e são estruturalmente partícipes do Atlântico.

Nos Andes, o sistema de transfusão entre as duas vertentes oceânicas se encontra nos *passos e nós*.

Os *passos*, passagens naturais nos colos das montanhas, possibilitam o contato entre as duas vertentes. Esses acidentes geográficos andinos mais importantes estão no sul: o de Upasllata, entre a Argentina e o Chile, foi aproveitado pela única transcontinental do continente, entre Buenos Aires/Valparaíso; o de Santa Rosa leva o sistema ferroviário boliviano até Árica, no Chile. Enquanto Upasllata une as duas vertentes, o de Santa

Rosa só o fará quando se complementar o trecho Santa Cruz de la Sierra, já conectada com Santos no Atlântico, e Cochabamba

***Caberia aos Andes
e ao federalismo
castelhano impor o
cantonalismo geopolítico
à América Espanhola
gerando-lhe vários
núcleos geostóricos
e dividindo-a,
posteriormente, em
várias repúblicas.***

Os *nós* ou *nudos* apresentam-se sob a forma de planaltos circundando um alto pico. Enfeixando várias ramificações andinas, são centro de dispersão de águas em linhas de menor resistência do terreno, acima dos 3.000 metros de altitude e entre 5° e 15° de latitude sul. A importância funcional desses acidentes geográficos relacionados ao Atlântico se concentra na posição que ocupam no anfiteatro amazônico. O *nó* de Pasto, na Colômbia, e o de Loja, no Equador, se direcionam para os vales do Putumaio e Marañon, respectivamente, aguardando vias hidrográficas de acesso ao Atlântico ainda por se desenvolverem.

Já o *nó* de Cerro de Pasco, no Peru, se divide entre os vales amazônicos do Marañon e Purus, enquanto que o de Vilcanota ou de Cuzco prolonga o de Pasco na direção do Madeira.

A Bacia Amazônica se constitui numa sub-região de conexão entre as duas áreas de importância geoestratégica - a do Caribe e a do altiplano boliviano, considerando este último uma espécie de *heartland* do continente. Em consequência, quando melhor aproveitada a Bacia Amazônica, com a integração, poderá se transformar de zona de repulsiva em pólo de atração. Na oportunidade, essas aberturas andinas levarão para o Atlântico riquezas potenciais de zonas geopolíticas neutras do continente.

As planícies Amazônica, do Orenoco e Platina são servidas por redes hidrográficas que levam a América do Sul, em seu *destino manifesto*, a se voltarem para o Atlântico, do qual são tributárias.

Buscam também o Atlântico, declinando para ele, os planaltos das Guianas e da Patagônia. Já o Planalto Brasileiro pende para o interior, buscando ainda o norte e o sul. Por sua disposição, esse

planalto demonstra vocação continental de enlace entre as bacias Amazônica e Platina.

Por sua posição e configuração, envolvendo o centro geográfico do continente em área geopolítica neutra, o Planalto Brasileiro favoreceu a penetração para o oeste, permitindo que os portugueses, detentores de núcleo geoistórico à beira do Atlântico, conquistassem vasto *hinterland* da América do Sul.

Dentro, pois, do enfoque fisiopolítico, podemos concluir que:

- a unidade andina contribuiu, de início, para a implantação de um único estabelecimento colonial - o espanhol, estendendo-se de norte para o sul, na vertente isolada do Pacífico;

- a variedade na vertente mais disputada do Atlântico favoreceu a implantação de vários estabelecimentos coloniais - o espanhol, o português, o inglês, o holandês e o francês;

- no setor dependente do Pacífico, sem nenhuma grande bacia hidrográfica, com litoral pobre em articulações, em grande parte desvinculado do interior, quer pelos *nós e passos*, projetasse bem mais para forte associação com o Atlântico;

- a vocação geopolítica de atração do Atlântico se liga à presença de importantes bacias hidrográficas, associadas às articulações litorrâneas, onde o relevo mais baixo favorece intensa vinculação com o *hinterland*.

PARTILHA POLÍTICA

Embora a fisiografia não se apresente tendente a uma unificação política, vemos também que não impõe a desagregação.

Com uma superfície de cerca de 18.300.000km², o continente sul-americano apresenta grande número de paisagens, nas quais o traçado das fronteiras políticas faz com que a população da América do Sul viva, em parte divorciada de sua vocação geopolítica.

Em função da linha de Tordesilhas, fronteira esboçada de 1494, o território espanhol, voltado para o Pacífico possuía trechos no Atlântico, onde os 2.800.000 km² dos portugueses concentravam a melhor e mais bem posicionada parcela. A fronteira esboçada que, segundo Everardo Backheuser, era bem mais uma antefronteira (fronteira antes de ser), e que, nos primeiros anos da

colonização eram arbitrárias contribuindo para que fossem elaborados mapas inexatos e incompletos.

No entanto, essa fronteira esboçada iria, por coincidência, refletir o posicionamento das metrópoles na Península Ibérica. Aí, a Espanha, voltada para o Mediterrâneo, possuía nesgas litorâneas no Atlântico, onde o retângulo territorial ocupado por Portugal concentrava a melhor parcela.

Dentro do contexto fisiopolítico a ocupação do continente sul-americano refletiria, grosso modo, o posicionamento da Espanha e Portugal na Península Ibérica. Na Europa, haviam, os portugueses, se instalado em áreas de altitudes mais baixas, ficando os espanhóis com os territórios mais elevados da meseta. Na América do Sul, a divisão acordada em 1494 dotava os portugueses de setor litorâneo menos elevado, ficando os espanhóis com os mais altos.

Com a progressiva ocupação da América do Sul, a divisão política colonial refletiria contingências geoistóricas da Península Ibérica. No espaço espanhol, a descentralização refletia uma Espanha geopolítica-

mente constituída por Confederação de Reinos comandados por Castela, a quem coube expulsar de vez os árabes de Granada, em 1492. Por isso, oito cidades da América Hispânica passavam logo a ter função de comando, transformadas em *Audiências*. No setor português, a centralização era herança do Reino de Portugal que, sem conhecer o esfacelamento feudal, já no século XII se unificara, expulsando os árabes. Em conseqüência, num nítido contraste com a América Espanhola só duas cidades, cada qual da sua vez, funcionaram como capital Salvador de 1549 até 1763 e Rio de Janeiro, refletindo a tendência geopolítica portuguesa de Guimarães e Lisboa. Tanto em Portugal quanto no Brasil, esses centros urbanos se posicionavam nos respectivos núcleos geoistóricos.

Podemos também observar que a divisão colonial da América Hispânica iria, na época, refletir as contingências geo-econômicas e geoestratégicas do continente.

No Vice-Reinado do Peru, se concentrava toda a economia mineira. Além de zona de passagem das riquezas peruanas, predominava a

atividade agrícola no Vice-Reinado de Nova Granada. Criado por imperativos defensivos para impedir a posse da área pelos portugueses, o Vice-Reinado do Prata, surgido em 1763, se concentrava na pecuária.

Por imposição geoestratégica, surgiram as *Capitanias Gerais*. A da Venezuela, para barrar o avanço nas Guianas e pôr um termo no contrabando feito por piratas e flibusteiros no Caribe. A do Chile, em função do isolamento da área posicionada em ângulo morto do Pacífico Sul, na praticamente abandonada rota do Estreito de Magalhães.

A vocação atlântica da América do Sul levaria o setor hispânico a manter-se com áreas dependentes dessa vertente: os Vice-Reinados do Peru e de Nova Granada voltados para o Atlântico Norte via Istmo do Panamá; isolados e de costas um para o outro, o Vice-Reinado do Prata, no ângulo terminal do Atlântico, e a Capitania Geral do Chile, desejosa de uma saída por essa vertente, quer pela Patagônia ou pelos Estreitos no sul do continente.

Já o Estado do Brasil, associado ao Reino Unido de Portugal e Algarve, uno

tanto política como economicamente, manteve sua vocação atlântica, já que em seu núcleo geoistórico se estabeleceram todos os seus ciclos econômicos.

O ciclo da cana-de-açúcar posicionava o nosso Nordeste como ecúmeno estatal, mantendo a capital em Salvador. Com o ciclo da mineração, no momento em que se intensificava a tensão na foz do Prata com os espanhóis, a capital era transferida para o Rio de Janeiro. Observando-se que em três ciclos iniciais de nossa vida econômica, se aos da cana-de-açúcar e mineração associarmos o de característica recoletora que foi o do pau-brasil, se desenvolveram na mais estreita dependência do Atlântico. Toda comunicação entre as Capitâncias Hereditárias só podia ser efetuada pelo mar e, até mesmo as *Entradas*, expedições oficiais para o interior, eram proibidas além da linha de Tordesilhas.

Em 1580, unindo-se as monarquias ibéricas, desapparecia essa fronteira esboçada, iniciando-se, com as *Bandeiras*, devidamente legalizadas pelo Governo de Madri, a penetração para o *hinterland*. Impunha-se a

vocação continental castelhana com a capital interiorizada em oposição a maritimidade de Lisboa.

Herdava também o Brasil os inimigos europeus da Espanha hegemônica - holandeses, ingleses e franceses, destacando-se então a Bandeira de Antônio Raposo Tavares (1628-48), que enlaçou, pelo interior, as Bacias do Prata e Amazônica, e a de Pedro Teixeira (1637-39) que, face o perigo de invasores estrangeiros instalados na região guianense, penetrou na Amazônia.

Por outro lado, a união ibérica impunha, ao Estado do Brasil, a descentralização, com a criação do Estado do Grão-Pará e do Maranhão comandado, provisoriamente, por S. Luiz e, depois, defendido pela fortificada cidade de Belém. A junção seria automática, com a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve, em 1816.

Em se tratando da partilha política da América do Sul se impõem os fenômenos da conjunção e disjunção.

A coesão foi mais forte no setor atlântico, ocupado em sua maior parte pelo Brasil, dentro do princípio de que a montanha produz

o fenômeno cantonalista, enquanto vales e planícies unem. A descentralização imposta pelas oito Audiências faria surgir as oito Repúblicas de língua espanhola, criando entre si fronteiras políticas que anularam o conjunto geoistórico.

REGIÕES NATURAIS

No século XIX, criadas as várias unidades geopolíticas independentes das metrópoles, as circunstâncias locais conseguiram imprimir caráter determinante a espaços geográficos sul-americanos. Nessas condições adotando a classificação de Levi Marrero, distinguimos quatro regiões naturais integradas ao conjunto continental: Caribe, Pacífico, Interior e Atlântica.

A REGIÃO DO CARIBE

Aí os Andes envolvem dois países - a Colômbia e a Venezuela, bifurcando-se em vários ramos a partir do *Nó de Pasto*, para terminarem circundando o Golfo ou lago de Maracaibo, o maior da América do Sul (13.000km²) em zona de potencial petrolífero. Aí

divergem a Colômbia e a Venezuela em questão de fronteira, por não terem chegado a um consenso sobre a divisão do mar territorial.

Além da cordilheira estendem-se os *Ilanos*, terras baixas pertencentes à Bacia do Orenoco. É a geografia Ilhanera que vai distinguir, geopoliticamente, a Venezuela da Colômbia. Nessa zona plana transandina localizaram-se logo as maiores densidades populacionais e os núcleos produtivos da fase colonial venezuelana, contrastando com a Colômbia, onde a ocupação se mantém nos Andes na *estrela fluvial*, onde se encaixaram, em profundas gargantas, as Bacias do Atrato e Madalena/Cauca.

Isoladas do centro mineiro andino, as populações Ilhaneras passaram a viver mais em função do Mar das Antilhas, mantendo intenso contrabando com invasores estrangeiros. Daí a região haver sido transformada na Capitania Geral da Venezuela, separada do Vice-Reinado de Nova Granada, para ficar sob maior controle de Castela, no século XVIII.

Atualmente, o ecúmeno estatal venezuelano, comandado por Caracas e secundado por Cumaná, Barce-

lona e Maracaibo, se caracteriza por seu tráfico mais intenso voltado para o exterior e pela estreita dependência com o núcleo geográfico do Orenoco/Caribe.

Contrasta, pois, com a Colômbia, caracterizada por uma dualidade fisiopolítica. Mais da metade do território colombiano é formado por planícies envolvidas nas Bacias do Orenoco e Amazônica, onde se concentra a sua área geopolítica neutra. O ecúmeno estatal colombiano, comandando por Bogotá, encontra-se em zona andina.

No único país bioceânico da América do Sul, o porto de Buenaventura, no Pacífico, não exerce o papel preponderante de Cartagena/Barranquilla, no Caribe. Assim, tanto a Colômbia como a Venezuela estão bem mais voltadas para o Caribe, mar formado pelo Atlântico, contrastando com a Região Andina propriamente dita (Equador/Peru/Chile), inteiramente dependente do Pacífico.

Ocupando uma área de 948.000km², a Bacia do Orenoco é fechada pelos Andes e pelo Planalto das

Guianas. Geopoliticamente antagônico, o Orenoco se constitui, ao mesmo tempo, na artéria em cujos braços se unificou e se divide o espaço político venezuelano. É que o seu sul se constitui em vasta área geopolítica neutra, visto que, curiosamente, as nascentes desse rio só foram descobertas em 1951.

Se, sob o ponto de vista fisiopolítico, o solo llanero facilitou a penetração espanhola, a irregularidade do relevo planaltino da Guianas dificultou-a, favorecendo as invasões holandesa, inglesa e francesa que acabaram por formar *quistos geopolíticos* nessa cunha isolada do continente, voltada para o Caribe.¹

Guiana em dialeto indígena significa *costa selva-gem, país das águas*. Assim o litoral guianense é baixo e pantanoso, sem grandes rios que favoreçam a penetração. Por outro lado, a homogeneidade estrutural do planalto é notória, como é também característico o seu isolamento geográfico em face do Atlântico da Bacia do Orenoco e da Bacia Amazônica, justificando a

sobrevivência geopolítica da Guiana, colonizada pelos ingleses, do Suriname, pelos holandeses, e da Guiana Francesa, um Departamento de Ultramar francês. O que impediu, por outro lado, que a América do Sul viesse a se constituir numa completa Ibero América.

REGIÃO DO PACÍFICO

Ainda bem digitados, os Andes, percorrendo o Equador e Peru, já se caracterizam por uma comunicação mais facilitada em função dos Nós de Pasto, Loja, Cerro Pasco e Vilcanota.

Até 2 graus de latitude sul a região andina equatoriana se assemelha à da Colômbia meridional; daí haverem os espanhóis reunido essas áreas no Vice-Reinado de Nova Granada. Aí a passagem andina foi denominada, por Humboldt, como *avenida dos vulcões*, linha vulcânica que só vai ressurgir, aos 14 graus de latitude sul, com o vulcão peruano Misti, nas imediações de Arequipa, continuando na direção da Bolívia, Chile e Argentina.

¹ Cunha isolada do continente onde, além da Colômbia, a Venezuela tem um contencioso com a Guiana, reclamando 2/3 de seu território e, por sua vez, a Guiana com o Suriname, no setor do Red River, na fronteira com o Brasil.

Zona de violentos terremotos, pontilhada por cerca de 60 vulcões extintos ou em plena atividade, as altitudes vão se elevando do Equador para o Peru e, na fronteira entre esses dois países formou uma zona de tensão lindeira, conhecida como a *Questão de Côndor*.

À semelhança do que ocorre na Venezuela e na Colômbia, as áreas interiorizadas que se seguem aos Andes vão baixando, até se transformarem em planícies. São as *Yungas* integrantes da Bacia Amazônica, cobertas por selvas equatoriais frondosas, bem regadas pelas chuvas e que, na Bolívia, já recebem o nome de *Florestas*.

A Yunga ou a Floresta, desde a Colômbia, passando pelo Equador e o Peru para atingir a Bolívia, e fazendo fronteira com o Brasil, caracteriza-se, grosso modo, como área geopolítica neutra, com presença das *fronteiras-faixa*, ou seja, despoçadas, destaca que os países sul-americanos se encontram aí de costas uns para os outros, transformando em pouco ativo o Pacto Amazônico.

Desde a Colômbia até a Bolívia, incluindo-se o Equador e o Peru, as maiores

densidades demográficas se concentram no setor andino, onde se interpenetram os núcleos geostóricos e ecúmenos estatais dos quatro países.

A depressão longitudinal costeira do Equador é melhor ocupada que a Yunga, sobretudo no delta do Guayas, planície aluvial baixa, estrangulada na altura de Guayaquil, porto que monopoliza o comércio, concorrendo geopoliticamente com Quito a 2.480 metros de altitude.

Essas cidades se completam nas duas províncias básicas do Equador Pichincha e Guayas, conectadas por um corredor interior estreito. Guayaquil à costa e Quito à serra fazem, com o porto de Las Esmeraldas, de melhor posicionamento com relação ao Canal do Panamá e consequentemente na via Atlântico, o ativo triângulo geopolítico do país.

Assim, podemos dizer que a costa equatoriana contrasta com a pobreza da linha desértica marítima peruana. A vida aí se concentra nos *oásis petrolíferos* que se estendem de Guayaquil até a Ponta Paita.

Enquanto Quito se acantonou na cordilheira, Lima, a capital do Peru, sofre

maior atração do Pacífico, sem se envolver nele diretamente. Isso porque a *porta de saída* da capital peruana é Callao, a 120km de Lima.

No Chile, os Andes formam duas cadeias paralelas, facilmente cruzadas nos passos das seções central e setentrional. Passagens naturais nos colos das montanhas, esses passos sempre salvaguardavam os interesses do Chile pelo Atlântico, sobretudo o Passo de Upallata, aproveitado pela transcontinental Buenos Aires/Santiago/Valparaíso.

No estreito território chileno, entre os Andes e o Pacífico, os cursos d'água são numerosos, mas não permanentes, ocasionando inundações no período das chuvas. Mas é entre as cadeias paralelas de montanhas que se estende o deserto ou *puña*, com destaque para do Atacama, desprovida de qualquer tipo de vegetação, paisagem desértica onde a economia se liga aos salitrais.

Embora o Aconcágua, ponto mais alto do continente sul-americano, com seus 7.000 metros, se situe no setor meridional dos Andes, a partir dos 40 graus de latitude sul as montanhas que se repartem entre o Chile e a

Argentina vão perdendo em altitude e se povoando de lagos glaciares, entre os quais o Buenos Aires, Viedma e Argentino onde, só em 1996, se resolveram pendências fronteiriças.

Na Terra do Fogo, a zona montanhosa submerge para formar os arquipélagos antárticos. Nesse setor, estendendo-se para a Antártica, Chile e Argentina emitiram decretos reivindicando áreas polares que se justapõem com as da Inglaterra, cuja partilha o Tratado de Washington, de 1960, vem protelando.

No entanto, no setor terminal sul do continente, o Chile conseguiu envolver-se no Atlântico através do Canal de Beagle, obtendo, por arbitramento, as Ilhas Nueva, Lenox e Picton.

Observando-se que a disposição vertical dos Andes contribuiu para a ocupação humana em sentido nortesul, onde Santiago, a capital, posicionada no vale longitudinal do rio Mapocho busca o Pacífico. Esse oceano banha a fachada do país prolongada por cerca de 40 graus geográficos, entre os paralelos de 18 graus e 56 graus de latitude sul. O Chile é, pois, uma franja oceânica com largura variando dos 100 aos 350km,

só alcançando sua maior extensão na Terra do Fogo onde tem 460km.

REGIÃO INTERIOR

Os Andes são mais compactos, largos, ao sul do Nó de Vilcanota, envolvendo o Peru meridional e a Bolívia, e atingindo 600km na altura do paralelo de 18 graus de latitude sul. Trata-se, pois, de um autêntico altiplano, o denominado *Pamir da América do Sul*, com 830km de norte para sul e 120km de leste para oeste. Nesse altiplano, a febre da mineração deteve os espanhóis, que deixaram de levar em conta a fisiopolítica. Assim, parte do altiplano ficava geopoliticamente ligado ao Vice-Reinado do Peru, enquanto a parte meridional, embora sem se integrar, iria girar na órbita do Vice-Reinado do Prata.

Caracterizando-se por um sistema hidrográfico fechado, destaca-se, no Altiplano Boliviano, o Titicaca, o lago mais alto do mundo (3.850 metros). Considerado, também, como uma das massas d'água doce mais extensas da Terra (6.900 km²) verte suas águas para o salobro Lago Poopo.

Estão nesse altiplano as nascentes de tributários da Bacia Amazônica que, na planície interiorizada da Bolívia, drenam sua área geopolítica neutra que contrasta com o setor andino, onde está o ecúmeno estatal no eixo La Paz-Sucre.

Localizada no nó mais estratégico das vias de comunicação, conservou La Paz a categoria de capital por se encontrar no Departamento do mesmo nome, o mais próximo do Oceano Pacífico, onde a Bolívia mantém com o Chile uma zona de tensão. Não se conforma o Governo boliviano de haver perdido, em 1833, a sua saída marítima - finda a Guerra do Pacífico, pelo Tratado de Ancón o Chile ficou com Tacna e Árica pertencentes ao Peru e Antofagasta, o litoral boliviano. Considerada como uma das áreas mais cruciais do continente, a devolução desse território litorâneo é, sem dúvida, a bandeira nacionalista dos políticos bolivianos acenada em tempos de crise.

Mais baixa que La Paz (3.600 metros), Sucre (2.850 metros) é o quarto nome que teve esse núcleo urbano boliviano. Os índios dão-lhe o nome de *Charcas*, região que se atolava por se encon-

trar no *divortium aquarium* dos sistemas fluviais Platino e Amazônico. Era também conhecida como Chuquisaca quando os espanhóis, descobrindo o prata, deram-lhe o nome de La Plata. Antes de tomar o nome de Sucre, em homenagem a Antonio José de Sucre, o fundador da República, foi como Audiência de Charcas, desde 1559, a célula política do que se chamava Alto Peru. Diferindo de La Paz, vivendo em função do ouro de Lima, Sucre, à sombra das minas de prata do Potosi, entrava para a órbita do Vice-Reinado do Prata.

Assim, La Paz e Sucre revelam o dualismo não só geopolítico como também fisiopolítico da Bolívia, numa área de transição - entre o Chile e o Peru de um lado, e entre a Argentina, o Paraguai e o Brasil do outro. Por sua posição cêntrica e população diluída, não suportou a gravitação de seus vizinhos. Sem fronteiras naturais, regrediu em pouco mais da metade de sua área, perdendo ou cedendo territórios.

Contrastando frontalmente com a Bolívia, por sua unidade geográfica, coesão psicossocial e forte centralização política, destaca-se o Paraguai. O fator des-

sa unidade reside no baixo relevo da planície do Chaco, entrecortada por rios que lhe conferem a característica de *mesopotâmia da América do Sul*.

A disposição das linhas fluviais transforma o Paraguai, embora país interiorizado, num núcleo que se aproxima do mar, confirmando a tese de Ratzel de que: *o rio em territórios planos e em países meridionais é a força de atração entre os distintos povos ribeirinhos*. Para Ratzel, as diferenças nacionais numa mesma bacia hidrográfica se imprimem, correlativamente, por três setores de seu curso - inferior, médio e superior, justificando a vida própria assegurada à Argentina e ao Uruguai no curso inferior ou foz do Prata, enquanto os territórios no curso superior são mais isolados, sendo o caso da Bolívia tanto na Bacia Platina quanto na Amazônica. Já o Paraguai, no curso médio da Bacia do Prata, servindo como traço de união entre a jusante e a nascente, transformou-se em zona de passagem, passando a sofrer incontestável ação do Atlântico. Por isso, complementando a ação geoviária de Buenos Aires com relação ao

Paraguai, o Brasil mantém Corredores de Exportação. Tanto o Corredor de Parana-guá como o de Santos fluem para Mato Grosso do Sul, transformado no centro geoeconômico para elo de união e atração com o Paraguai e a Bolívia. No entanto, pelo posicionamento de Assunção, comandando o ecúmeno estatal, o Paraguai é bem mais caracterizadamente atlântico que a Bolívia.

REGIÃO ATLÂNTICA

O caso específico do Uruguai envolve algumas exceções geopolíticas. Contradiz, por exemplo, a tese de Ratzel de que, sendo país na foz do Prata, banhado por litoral atlântico próprio, poderia viver bem mais independentemente do que vive. É que, não sendo Estado-faixa-fluvial como o Paraguai, a interdependência do Uruguai se condicionou ao dualismo geoistórico que lhe trouxe como herança o fenômeno da instabilidade geopolítica.

Ante o secessionismo platino no momento da emancipação política, o Governo português reconheceu, de imediato, a independência do Paraguai (1811), e, como

sempre interessado na foz do Prata, invadiu o Uruguai (1816), que ficou como Província da Cisplatina associada ao Brasil até 1828.

Independente, a despeito da dupla colonização, o Uruguai não chegou a se transformar num país bilingüe, muito embora se caracterize como Estado-tampão, em zona de influência luso-hispânica, característica observada ao se tomar o rio Negro como divisória geopolítica e a vinculação às últimas ramificações do planalto meridional brasileiro e dos Pampas argentinos. Assim, o Uruguai, o menor país sul-americano, posicionado entre o Brasil e a Argentina, os dois maiores, tem com os dois, um procedimento, tanto do ponto de vista geopolítico quanto geoeconômico, de intensa convivência.

Dentro da estratégia do Governo português em ocupar a foz dos grandes rios como ponto de apoio para a conquista do *hinterland*, o núcleo geoistórico da Argentina, no estuário do Prata foi incorporado em 1530 ao Reinado de Portu-

gal. Ficando, no entanto, despovoado, cairia, seis anos depois nas mãos dos espanhóis, que aí fundavam Buenos Aires pela primeira vez. O estabelecimento português na outra margem do Prata, na Colônia do Sacramento (1680) transformaria a área numa zona de fricção, onde o fenômeno de fronteiras vivas² foi constante até o século XIX.

A implantação dessa zona de fricção contribuía para o estabelecimento das seguintes diretrizes geopolíticas:

- enquanto os portugueses mudavam a capital do Estado do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro (1763), por se encontrar esta mais próxima da zona de contenda que Salvador, os espanhóis criavam o Vice-Reino do Prata, para melhor defender a região;

- enquanto os espanhóis ocupavam os campos interiorizados do Uruguai, para manter os portugueses ilhados na Colônia do Sacramento, o Governo de Lisboa iniciava a colonização do Rio Grande de S. Pedro (1740), para deter o avanço hispânico;

- no confronto, impunha-se primeiro a Argentina, dominada pelo centripetismo de Buenos Aires, centripetismo que promoveu a formação do espaço territorial argentino e provocou o esfacelamento do Vice-Reinado do Prata. Isso porque contra esse centripetismo iria se sobrepor o cantonalismo paraguaio, boliviano e uruguaio que, no centrifugismo, provocado pela descentralização administrativa das Audiências, quebraria a unidade do Vice-Reinado do Prata no século XIX.

Em 1813, no *Congresso de Tucumán*, se os portenhos tivessem acatado a idéia dos arribenhos e andinos para a interiorização da capital, talvez pudesse ter sido salva a unidade do Prata. A luta entre Charcas, Tucuman e Buenos Aires pela capitalidade do país que se formava já havia tido precedente histórico nos Estados Unidos, onde Nova York, Filadélfia e Boston perseguiam o mesmo ideal. A capital artificial, Washington, que salvou a federação no norte, poderia ter conservado a união do Vice-Reinado do Prata.

² Classificação que acata a tese de Backheuser quando afirma: *a fronteira-viva, em essência, é uma região de fricção, através da qual, mais dia menos dia, surgem ou se agravam conflitos internacionais, políticos, ou de ordem fiscal administrativa, ensejando demonstrações de força militar.* Já Brunhes e Vallaux preferem o termo fronteira de tensão, considerando-a fronteira-morta, quando livre de contendas, por se haver chegado a um acordo.

Justificando o centripetismo e rechaçando o federalismo de Artigas, Juan Alvares afirma: *o rio da Prata é a artéria através da qual se comunicam com a Europa através de vastas zonas do território brasileiro, boliviano e paraguaio, além das províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé. Sujeitar os produtos de imensa região ao porto único de Buenos Aires - desprovido naquela época, de diques e até de*

águas profundas - era empresa que só pela força poderia prosperar. No entanto, ante as dificuldades de conciliar os interesses portenhos, arribenhos e andinos, declarava Justo J. De Urquiza, em sua Mensagem ao Congresso, de 1854: *Nossos distúrbios passados estão fundamentados sobre essa inoportuna disposição das populações; nossas futuras discórdias virão desta mesma causa.*

Em face dos fenômenos geopolíticos - da luta da

Argentina contra o centropugismo, do Uruguai como Estado-Tampão, do Paraguai como caracterizada mesopotâmia e da Bolívia como pólo de atração - o Brasil, maior país, pelo fator presença, se constitui no múltiplo vetor da América do Sul.

PRESENÇA DO BRASIL

Ocupando quase metade do espaço territorial sul-americano - 47.3%, posi-

AMÉRICA DO SUL

REGIÕES NATURAIS			
País	Capital	Área (km²)	População (1994)
CARIBE			
Colômbia	Bogotá	1.141.749	34.000.000
Guiana	Georgetown	214.969	748.000
Guiana Francesa	Caiena	91.000	114.800
Suriname	Paramaribo	163.265	404.000
Venezuela	Caracas	912.050	20.600.000
PACÍFICO			
Chile	Santiago	756.626	13.800.000
Equador	Quito	272.000	11.300.000
Peru	Lima	1.285.000	22.900.000
INTERIOR			
Bolívia	La Paz e Sucre	1.098.581	7.700.000
Paraguai	Assunção	406.752	4.600.000
ATLÂNTICO			
Argentina	Buenos Aires	2.766.889	33.500.000
Brasil	Brasília	8.547.403	151.523.000
Uruguai	Montividéu	176.215	3.100.000

Fonte: Almanaque Abril (1995)

cionava-se o Brasil na larga porção oriental do Atlântico Sul.

O nosso total de fronteiras (23.086km) se reparte entre os 15.719km de limites terrestres e 7.367km de litoral. No conjunto brasileiro, 18% da extensão territorial são formados pela faixa de 250km que acompanha o litoral, 42% se encontram entre os 250km e 1.000km da orla litorânea, enquanto os restantes 40% estão além dos 1.000km. Tais porcentagens comprovam ser o Brasil um país do tipo marítimo, associando-o ainda ao tipo continental, pela presença no continente sul americano, caracterizando-o como múltiplo vetor.

Articula-se o Brasil, grosso modo, com os Andes, de onde recebe o empuxo das forças continentais, bem como com as duas grandes bacias fluviais tributárias do Atlântico e eixos viários de penetração no *hinterland* - a Amazônica e a Platina.

Enquanto o Planalto das Guianas busca o Atlântico, declinando em sua direção, o *Golfão Amazônico*, no sentido inverso, é porta natural de penetração para o *hinterland* da planície que encerra a maior rede hidrográfica do mundo, com

7.000.000km², se nela incluímos a Bacia Tocantins/Araguaia. Cerca de 70% desse complexo fisiopolítico, compreendendo a mais vasta planície sedimentar do globo, se encontra em território brasileiro, envolvendo-nos nos restantes 30% com a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Bolívia e a região guianense, caracterizando-nos como múltiplo vetor em face dos nossos condôminos.

Zona caracterizadamente despovoada, formando em todos os países uma área geopolítica neutra, face a ingerências internacionais, por fatores geoestratégicos, levariam o Brasil a firmar, em 1980, com os demais países interessados, o *Pacto Amazônico*.

Por sua vez, o Planalto Central, ou Brasileiro, forma uma espécie de triângulo com a base voltada para o norte, o vértice apontando para o sul, declinando nas duas áreas, bem como para o interior. Assim, uma das características desse planalto é a de se encontrar afastado dos setores litorâneos, os mais povoados, que integram o ecúmeno estatal brasileiro. Caracterizando-se como área geopolítica neutra, levaria o Governo a implantar a nova

capital em Brasília para melhor atenuar os desníveis.

No plano fisiopolítico, sua importância se prende a ser, esse planalto, o centro dispersor e divisor de águas de três importantes bacias hidrográficas - a do S. Francisco, genuinamente brasileira, a Amazônica e a Platina, que se dividem entre várias nações. Assim, no contexto continental, o Planalto Central ou Brasileiro foi o núcleo interiorizado da unidade nacional (S. Francisco) e de alargamento territorial dos bandeirantes portugueses - pelo Prata, no sentido direcional sul e, pelo Amazonas, dentro da diretriz leste-oeste.

Em seu declive para o interior o planalto cede lugar ao Pantanal Mato-grossense, complementado pela região do Chaco, extensa área baixa, numa distância de 1.170km de norte para sul, desde a divisória do Mamoré até as paisagens pampeanas. Essa última paisagem é logo notada, já que o vazio demográfico do Chaco/Pantanal contrasta com a ocupação pastoril dos Pampas.

Área geopolítica neutra, de fronteiras - faixa despovoadas, o Chaco se transformou em zona de tensão, que

provocou a guerra entre o Paraguai e a Bolívia, conflito só terminado em 1938, com o Governo de La Paz perdendo o setor Boreal para o Paraguai, quando, desde 1888, havia perdido o setor Central para a Argentina.

A conexão geográfica do Brasil com seus vizinhos continua do Chaco para os Pampas. A região pampeana, numa extensão de 647.500 km², forma um leque aberto para o interior a partir da foz do Prata, numa distância radial de 500 a 640km, atingindo território argentino, uruguaio e brasileiro, recebendo nesse último o nome de zona da *Campanha do Rio Grande do Sul*.

É domínio de *campos limpos* de melhores pastagens que, na parte meridional do Planalto Brasileiro, se transformam em floresta temperada, de fácil exploração, contrastando com a selva equatorial amazônica, bem mais variada em espécie, mas de difícil penetrabilidade. A planície pampeana difere da que lhe segue para o interior - o Chaco ou Pantanal Matogrossense - onde já surgem os *campos cerrados* de gramineas se alterando com tufos florestais, em geral matas ciliares. Comparati-

vamente, são as pradarias lhaneras repetindo-se no *hinterland* da Bacia do Prata.

A partir do Brasil, o Uruguai e as províncias arribenhas argentinas (Corrientes, Misiones, Entre Rios), o plano uniforme dos Pampas, ainda com vegetação herbácea, se apresenta com a ondulação das *coxilhas*. É, no entanto, ao sul, que os Pampas se constituem na zona pecuarista mais produtiva do continente, até serem interrompidos pelos primeiros degraus do Planalto da Patagônia, que enlaça o litoral alto do Pacífico com o baixo do Atlântico.

Da Patagônia alta, desértica e fria, já não participa mais o Brasil como múltiplo vetor, mas é este o terminal da chamada *diagonal semi-árida* que, na massa continental sul-americana, começa no litoral semi-árido do Nordeste Brasileiro, atravessando o nosso Centro-Oeste para penetrar no Chaco e contornar os Pampas.

Com um espaço imenso e diversificado, as nossas diretrizes geopolíticas devem-se ater ao princípio básico de que, como múltiplo vetor, para dominá-lo efetivamente, temos que nos

dedicar a obra integracionista para absorvermos nossas áreas geopolíticas neutras. Com os regionalismos, mas sem cantonalismos constituído por três ilhas geoeconômicas, tem o Brasil que integrar seu *hinterland* subdesenvolvido. Contamos para tal com o fenômeno da assimilação, que caracterizou a colonização portuguesa tornando o Brasil, no conjunto da América do Sul, o país mais mestiço - vantagem destacada por Jacques Lambert: *se a América Andina é cada vez mais uma América Indígena e a América do Prata, cada vez mais uma América Européia, o Brasil constitui uma América Brasileira, de predominância européia acentuada, conquanto original.*

CONCLUSÃO

A vocação geopolítica da América do Sul, no Hemisfério marítimo onde se posiciona, é bem marcada por sua geografia. A região de planície forma uma espécie de semicírculo com duas pontas centradas nos estuários do Prata e do Amazonas. Os Andes na retaguarda, o Planalto das Guianas ao norte e o da Pata-

gônia ao sul emolduram esse semicírculo, enquanto o Planalto Central ou Brasileiro se impõe como plataforma giratória entre as duas portas de entrada no continente. Pela disposição, tanto a Bacia do Orenoco e, sobretudo, a Platina e a Amazônia se constituem em área de atuação geopolítica e geoeconômica dentro da esfera exclusiva do Atlântico - vocação atlântica ainda não explorada pelo Altiplano Boliviano, a despeito de se manter hidrograficamente nessa vertente oceânica, por ter, como o Brasil, seu território integrado nas Bacias Amazônica e Platina.

O Brasil com o Uruguai e a Argentina, integrados na Região Natural Atlântica, se beneficiam do melhor posicionamento nesse oceano. Mas o Brasil que alia o seu posicionamento à presença, é o único país do continente sul-americano a contactar-se com as demais regiões naturais, como *múltiplo vetor*:

- com a Região do Caribe ou Marginal do Caribe (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) unindo as vertentes do Atlântico/Pacífico, mas se posicionando com o Canal do Panamá, no Atlântico Norte. Pelo fator coloni-

zação, é a parte do continente sul-americano menos coesa com a presença da cultura hispânica, inglesa, holandesa e francesa. É, na atualidade, a área mais vulnerável do continente, não só pela presença da vasta área geopolítica neutra da Amazônia mas, sobretudo, se levarmos em conta o estágio geopolítico dito *infantil*, ainda de futuro incerto dos dois países não ibero-americanos e do Departamento do Ultramar Francês;

- com a Região do Pacífico (Equador, Peru e Chile), países apoiados no conjunto geográfico Andes/Pacífico, dois fatores que contribuem para o maior isolamento desses países, tanto no setor continental como para o resto do mundo - isolamento que só transcontinentais, quer ferroviárias quer rodoviárias, poderão minorizar. Levantando-se em conta o fator colonização há coesão na área, tanto pelo elemento espanhol quanto pela presença do autóctone inca;

- com a Região Interior (Bolívia e Paraguai) que, na vivência de *países enclausurados*, estão na contingência de seus vizinhos em busca de saídas marítimas.

Em 1977, o Brasil firmou o *Acordo de Cochabamba* com a Bolívia, para estender os trilhos da ferrovia Santos - Santa Cruz de La Sierra até essa cidade, que já se conecta com Arica no Chile. Trata-se do pólo de atração leste, que leva vantagem, com o pólo de atração sul, para Buenos Aires. Isso porque Santos se encontra a 1.600km de costa acima de Buenos Aires, enquanto a distância Santos - Santa Cruz de La Sierra é mais curta em 700km, que a desta cidade boliviana até a capital argentina. Lá o pólo de atração norte será importante, porém a longo prazo. A via deverá valer-se do Madeira-Mamoré, captando o transporte pelo rio Grande, francamente navegável a partir de Cuatro Ojos, localizada a 200km ao norte de Santa Cruz de La Sierra. Observando-se que só quando forem suficientemente fortes os meios necessários para que se procedam as conexões, os pólos de atração da Bolívia estarão naturalmente vinculados ao Atlântico, tal como já ocorre com o Paraguai.

Continente-ilha cercado por dois oceanos, sua marcante vocação geopolítica atlântica levaria os países

(Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) a iniciarem o processo de integração que redundaria no MERCOSUL. Com a filiação do Chile e Bolívia, em 1996, envolve essa zona de livre comércio todo o Cone Sul enlaçando o Atlântico e o Pacífico. Aderindo, a Venezuela estará dando o grande passo para a integração sul-americana, desfazendo-se o fato de estarem os países de costas uns para os outros, com seus

ecúmenos estatais distanciados.

A integração se faz via MERCOSUL, que virou marca com logotipo para constar nos produtos e até passaporte dos cidadãos, mostrando que, do setor econômico, passam os associados deste bloco à união cultural, que a identidade histórica irá cimentar.

Lembrando que o MERCOSUL representa hoje o quinto maior Produto Interno

Bruto (PIB) mundial, o Presidente Fernando Henrique Cardoso abriu, em dezembro de 1996, a XI Reunião de Cúpula, em Fortaleza, no Ceará, onde entre medidas de teor econômico tratou-se de maior intercâmbio entre universitários, troca de voluntários para ações sociais, envio de *capacetes brancos* para missões de paz, aumento de linhas aéreas que operam na região e a construção de uma sede em Montevidéu. 🌐

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Therezinha de. *Nossa América: Geopolítica Comparada*. BIBLIEX. Rio: 1995.

_____. "América do Sul: Aspectos Fisiopolíticos em Confronto" - *A Defesa Nacional* n.º 696 - julho/agosto de 1981.

_____. "Vocação Atlântica da América do Sul." *A Defesa Nacional* n.º 681 - janeiro/fevereiro de 1979.

CORREIA, Natália. "Somos todos Hispanos" - Idéias e Figuras - Caderno *O Jornal*. Lisboa: 1996.

MALAGRIDA, D. Carlos Badia. *El Factor Geográfico en la Política Sulamericana*. Madri: 1919.

MARRERO, Levi. *Viajemos por América*. Havana: 1957.

Chefes, Líderes e Pensadores Militares

Michael Lee Lanning

Livro contendo notas biográficas e valiosas informações sobre a vida e a obra de cento e dez importantes chefes, líderes e pensadores militares, de reconhecida atuação através dos tempos. Constitui-se em adequada fonte de pesquisa ao alcance dos estudiosos da História Militar.

Esta é uma das 12 excelentes obras que compõem o Programa Editorial de 1999 da Biblioteca do Exército Editora — BIBLIEX

SEJA VOCÊ TAMBÉM NOSSO ASSINANTE!

Ligue grátis: **0800-238365**

A Guerra Guaranítica, uma Guerra Invulgar e Incômoda

*Silvino da Cruz Curado**

Comunicação apresentada ao XXIV Congresso Internacional de História Militar – *A Guerra e o Encontro de Civilizações a partir do Século XVI*, realizado em Lisboa, no período de 24 a 29 de agosto de 1998.

A Guerra Guaranítica, ou Guerra das Missões, é assim chamada por ter sido levada a cabo contra os índios guaranis das Missões Jesuíticas do Paraguai, localizadas em territórios, ao tempo espanhóis, e que hoje se repartem pelo Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil.

Tendo decorrido de 1754 a 1756, considero-a uma guerra invulgar por combinar forças dos dois países ibéricos, tradicionalmente inimigos, e não contra um inimigo externo comum, mas contra índios fiéis vassallos do Rei da Espanha.

É igualmente uma guerra incômoda, por ter conduzido ao esmagamento, por forças de duas importantes potências mundiais

da época, de milícias dos índios, tendo estes a razão do seu lado.

Estamos em presença de um caso tardio de encontro de civilizações. De um lado, a civilização europeia já com alguma influência local e, do outro, o caso híbrido dos índios das Missões. Estes, convertidos ao catolicismo e afastados da vida selvagem que antes levavam, eram mantidos totalmente segregados da sociedade espanhola, sendo tutelados pelos padres jesuítas, que os consideravam umas inconstantes crianças grandes, sempre prontos a ceder aos apelos das suas tradições ráticas.

A pequena guerra iria ter as mais drásticas consequências, estando na origem de processos complexos que

levaram, quer à extinção da poderosa Companhia de Jesus, quer à dispersão e acelerado desaparecimento dos índios guaranis, quer ainda, a novos conflitos bélicos na região, entre portugueses e espanhóis.

Além dos interesses das duas monarquias envolvidas, dos da Companhia de Jesus e das radicais mudanças que ocorriam na Europa, tiveram importância decisiva no processo as personalidades dos principais intervenientes nele, quer em Lisboa e Madri quer na América e, sobretudo, a deficiente percepção e avaliação das situações, num mundo onde a informação e as ordens levavam meses para chegar. Não desejando ninguém a guerra, que falta fizeram as modernas técni-

* General do Exército Português

cas de controle de crises e de estabelecimento de medidas de confiança!

Correndo os riscos de todas as simplificações excessivas, que a limitação do tempo impõe, vejamos, em breves traços, como se originou esse problema.

Os portugueses tinham largamente ultrapassado o limite, nunca materializado no terreno, das 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, estabelecido no Tratado de Tordesilhas, chocando-se com os espanhóis que avançavam em sentido contrário. Os conflitos eram inevitáveis, a menos que se estabelecessem novos limites e esses fossem demarcados no terreno.

Reclamavam os espanhóis da situação na América, mas esqueciam-se do que tinham avançado no outro lado do globo, ocupando as Filipinas, situadas na área atribuída a Portugal pelo mesmo tratado.

Voltando à América, é de salientar, pelo interesse que tem para este caso, a fundação, em 1680, por iniciativa da Coroa Portuguesa, que considerava o rio da Prata como limite sul do Brasil, da Colônia do Sacra-

mento, em frente de Buenos Aires, origem de continuados conflitos. Contestava a Espanha que a colônia se localizasse em território português. Tomada pelas armas no próprio ano da sua fundação e logo a seguir devolvida para esclarecimento dos limites, foi novamente tomada em 1705, para voltar a ser devolvida na sequência do Tratado de Utrecht de 1715.

Justifica-se essa referência porque, por aquele tratado, a Espanha cedeu a Portugal toda a ação e direitos que pretendia ter sobre o *território* e Colônia do Sacramento pelos quais poderia vir a oferecer, no prazo de ano e meio, um *equivalente* que Portugal aceitaria ou não. Foi essa hipótese de *equivalente* que, não tendo sido concretizada naquele momento, foi retomada mais tarde, como veremos, para desgraça dos guaranis e dos jesuítas.

Aparentemente, estaria fixado o limite sul do Brasil, que se estenderia até o rio da Prata. Mas o Governador de Buenos Aires, inconformado, logo propôs e obteve concordância da sua Coroa para que, por *território* da

Colônia, se entendesse apenas o espaço que, a partir da fortificação, era coberto por tiro de canhão. Os conflitos continuaram.

Aconteceu, no entanto, uma excepcional situação de bom entendimento entre os monarcas peninsulares, decorrente do fato de Fernando VI de Espanha, de espírito pacífico, ser casado com Bárbara de Bragança, filha de D. João V de Portugal, e esta exercer grande influência sobre o marido. Foi assim possível negociar o Tratado de Madri de 1750¹, da maior importância para o Brasil pois, pela primeira vez, lhe foram reconhecidas dimensões semelhantes às atuais.

No referido tratado, estabeleceram-se limites a demarcar no terreno por acidentes de fácil identificação, com base no que cada país ocupava no momento, estabelecendo-se, contudo, algumas correções através de cêndências entre as Coroas.

A Espanha estava particularmente interessada na Colônia do Sacramento para ficar com a posse exclusiva de todo o rio da Prata e acabar com o contrabando que portugueses e ingleses realizavam através daquela praça. Portugal exigiu, mes-

¹ Texto do Tratado em CHAVES, 1943, p. 141 - 157.

mo com risco de malogro da demorada e muito persistente negociação², que lhe fosse cedido, como *equivamente*, território a oriente do rio Uruguai, no qual se localizavam sete das 30 aldeias das Missões Jesuíticas.

Alexandre de Gusmão, natural de Santos, no Brasil, que pela parte portuguesa dirigiu as negociações, pretendia criar, no Sul, uma província poderosa, que se alargasse até o rio Uruguai, e pudesse fazer face aos espanhóis que ali eram mais fortes³.

D. José de Carvalho, o ministro que conduziu as negociações pela parte espanhola, resistiu durante um ano para ceder as sete aldeias⁴, sobretudo pelo receio do que iria suceder aos índios e das reações dos jesuítas. Portugal, no sentido de forçar a decisão, dispôs-se a aceitar, quanto ao destino dos índios, qualquer das três soluções possíveis:⁵ continuarem todos nas sete

aldeias; saírem todos para o território espanhol; e ficarem ou saírem de acordo com o próprio desejo.

Decidiu-se a Espanha a entregar as aldeias sem os 30.000 índios que as habitavam e por um dos tais erros de percepção anteriormente anunciados, Carvalho, no dizer do embaixador português, *tinha por certo que cedidas as aldeias a Portugal todos os índios seguiriam aos jesuítas que os tinham doutrinado para onde os quisessem levar e que nem um só ficaria nelas*.⁶

As Missões tinham milícias⁷ que podiam mobilizar 20.000 soldados e dispunham, além das armas tradicionais, de dezenas de armas de fogo por aldeia e até de alguma artilharia. Forças de 4.000 índios destas milícias foram utilizadas pelos governadores espanhóis contra os portugueses, na Colônia do Sacramento, em 1681, 1705 e 1735, e na tentativa

de fundação de Montevideu, em 1723.

Além dos índios, havia que temer a reação dos padres da, até aí, muito poderosa Companhia de Jesus. Contudo, o Padre-Geral, não desejando abrir qualquer conflito que pudesse ser aproveitado contra os jesuítas, acedeu ao pedido do Rei da Espanha para ordenar os curas das missões que efetuassem a mudança dos índios das sete aldeias para outros locais em território espanhol.

Não podiam os padres das Missões, absorvidos pelos cuidados com os *seus filhos* ter a percepção das profundas alterações que se preparavam na Europa. Impossível para eles admitir que a Companhia não fosse capaz de convencer o Rei da injustiça que se cometia com os índios, do risco de se perderem para a fé e do perigo que representava, para os interesses da Espanha, a aproximação dos por-

² Carta de 16 de março de 1749, do Secretário de Estado, Marco Antônio de Azevedo Coutinho, para o Embaixador de Madri, Visconde Tomás da Silva Telles, em CORTESÃO, 1953, Doc. LXXX.

³ Carta de 14 de setembro de 1749, do Secretário de Estado para o Embaixador em Madri, em CORTESÃO, 1953, Doc. CIII.

⁴ Cartas do Embaixador em Madri para o Secretário de Estado de 11 de fevereiro, 2 de abril, 29 de abril, 8 de maio, 13 de maio, 20 de junho, 29 de junho, 2 de agosto, 21 de setembro e 13 de outubro de 1749, em CORTESÃO, 1953, Doc. LXVI, LXXII, LXXV, LXXVIII, LXXIX, XC, XCII, C, CII, e CX.

⁵ Carta de 30 de março de 1749, do Embaixador em Madri para D. José de Carvalho, em CORTESÃO, 1953, Doc. LXXI.

⁶ Carta de 21 de setembro de 1749, do Embaixador em Madri para o Secretário de Estado, em CORTESÃO, 1953, Doc. CII.

⁷ MALLMANN, 1986, p. 249-254, descreve a milícia missionária sem lhe atribuir grande eficiência. Por isso, quando era utilizada pelas autoridades (mais de cinquenta vezes em cem anos), recebia enquadramento e treino de oficiais espanhóis, desempenhando, os padres, a função de capelães militares, como se depreende de uma declaração do Padre Gardiel, transcrita em TESCHIAEUR, 1921, p. 97. Na revolução dos comuneiros convocou o Governador de Buenos Aires 12.000 índios.

tugueses das Missões e, até, das minas de Potosi. Descendaram, por isso, uma campanha de representações próprias, dos bispos e das autoridades da região, a Madri e a Roma, primeiro no sentido de ser anulado o tratado e, mais tarde, pedindo maiores prazos para a mudança.

Com a subida ao trono de D. José, coube a Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, dar execução ao tratado contra o qual tinha algumas reservas. Temia que os espanhóis procurassem apoderar-se da Colônia do Sacramento sem que fosse possível, devido à oposição dos índios, receber ou conservar as sete aldeias.⁸ Naturalmente, porém, desejava que se procedesse às demarcações dos novos limites e que à parte portuguesa não pudesse ser atribuída a culpa de quaisquer demoras. Fez, por isso, nomear Comissário Régio para as demarcações e mútuas entregas, na

divisão meridional, a Gomes Freire de Andrade, governador da extensa Capitania do Rio de Janeiro, com provas dadas, e militar capaz de cumprir a missão.

Pela parte espanhola foi nomeado o Marquês de Valdelirios e foi, ainda, nomeado pelo Padre-Geral, como comissário jesuíta para a entrega pacífica dos sete povos das Missões, o padre Luís Altamirano. Qualquer deles verificou rapidamente que a percepção que tinha da respectiva missão estava longe de corresponder à realidade. Esperavam ir, revestidos da maior autoridade, desempenhar uma rápida missão que lhes granjeasse honra, glória e alguma recompensa. Deparavam-se com a rebelião dos índios e, no mínimo, a completa discordância dos jesuítas que, só na observância do voto de obediência, procuravam, com desigual empenhamento, levar os índios a mudarem-se com velhos,

crianças e 700.000 cabeças de gado, para lugares incertos, a centenas de léguas de distância! Nem um nem outro estiveram à altura da difícil situação.

As demarcações só foram iniciadas, a partir da costa, em 23 de novembro de 1752. Logo em 26 de fevereiro do ano seguinte, em Santa Tecla, foi a primeira partida demarcadora impedida de continuar por índios armados que teriam dito estarem a cumprir ordens dos jesuítas.⁹

O padre Altamirano, que entretanto se deslocara às Missões, não só não conseguiu a mudança dos índios como teve que fugir para não ser morto. De nada serviram outras medidas como o envio de um vice-comissário e a tentativa frustrada de retirar os padres das aldeias. Acabou acusando os seus irmãos de falta de colaboração e a admitir que só à vista da força os índios se submeteriam.¹⁰

⁸ Primeira carta *secretíssima*, de 21 de setembro de 1751, de Sebastião José de Carvalho e Melo para Gomes Freire de Andrade, em CASTRO E ALMEIDA, 1936, p. 191 - 198 e WARNHAGEN, 1975, tomo IV, p. 146-151.

⁹ Em face desta resistência retiraram-se os espanhóis para Montevidéu e os portugueses para a Colônia do Sacramento, o que Gomes Freire considerou prejudicial e não justificado ante o pequeno efetivo dos índios que se apresentaram, ainda que referissem a proximidade de muitos mais. A instrução secreta de 20 de dezembro de 1752, que regulava a atuação dos comissários da partida, é o documento LXIX em CORTESÃO, 1960. Gomes Freire reagiu, no ofício de 24 de março de 1753, para o Marquês de Valdelirios, em *García*, vol. III, p. 451.

¹⁰ O padre Altamirano procurava, acima de tudo, salvaguardar a honra da Companhia e não acusava diretamente os padres aos comissários ou ao ministro. Mas as cartas dirigidas ao padre Rábago, confessor de Fernando VI, ao padre Céspedes, assistente da Espanha em Roma e ao próprio Padre-Geral continham as mais perigosas acusações como as que se transcrevem: *Y hace tiempo que los indios se habrían trasladado si los Padres lo hubieran querido de verdad. Por propia experiencia me consta ser ellos los verdaderos causantes de la rebelión y de la vergüenza que dahi resulta para nuestra madre Compañía*, carta, de 22 de julho de 1753, ao padre Rábago, em KRATZ, 1954, p. 110-111. Estas cartas, interceptadas pelo governo, muito contribuíram para que a Corte de Madri se convencesse da culpabilidade dos padres.

Impacientava-se Gomes Freire pelo arrastamento do processo. Para ele, desde o início, toda a culpa da resistência dos índios pertencia aos padres da Companhia, do que repetidamente avisava Lisboa, onde, pouco depois, começavam igualmente a chegar relatos da falta de colaboração dos jesuítas portugueses às demarcações na Amazônia. Não é de admirar que o futuro Marquês de Pombal se fosse tornando um inimigo implacável da Companhia.

Ante a situação, resolveu o comissário espanhol, Marquês de Valdelirios, de acordo com instruções secretas que trouxera de Madri, entregar ao Governador de Buenos Aires, General D. José Andonaegui, em 27 de março de 1753, a ordem régia que o encarregava, em caso de resistência dos índios, de ir com a tropa que lhe parecesse, incluindo todo o possível auxílio armado português, executar a entrega das aldeias.

Andonaegui, já com 75 anos, dispondo de escassos

efetivos e pouca vontade de partir para a guerra, iniciou demorados preparativos bélicos, em especial a convocação de forças de milícias das principais cidades do seu governo. Mas, ainda na esperança de não necessitar de as utilizar, enviou aos índios as mais arrasadoras ameaças. Mais uma errada percepção da situação que teve efeitos desastrosos. Os índios não só não se amedrontaram, como mais se sentiram impelidos a responder também com a guerra.¹¹

Os jesuítas, certos de que a anunciada guerra destruiria as Missões, passaram a recorrer, ainda sem sucesso, a expedientes extremos para convencer os índios a aceitarem a mudança pacífica, enquanto, por outro lado, voltaram às suas desesperadas representações, desta vez no sentido de se suspenderem os preparativos das hostilidades. Mas estas não só não chegaram às mãos de Fernando VI como foram consideradas mais uma prova da oposição dos referidos padres.

Finalmente, em 24 de março de 1754, fixou-se o plano de operações. Andonaegui, marcharia ao longo do rio Uruguai para ocupar as aldeias mais próximas deste. Gomes Freire seguiria da Colônia do Sacramento para o Rio Pardo, donde marcharia a ocupar as aldeias mais próximas, começando pela de Santo Ângelo. Essas primeiras ocupações deveriam ter lugar cerca do dia 15 de julho, trocando-se logo correios para ajustamento da conduta posterior.¹²

Desconheciam os Comissários e o Governador de Buenos Aires, quando aprovaram este plano, que os índios, já em 23 de fevereiro, tinham iniciado as hostilidades, atacando sem sucesso a guarda do Rio Pardo. O relatório português, datado do dia imediato e referindo que os índios eram comandados por um padre da Companhia, mais convenceu Gomes Freire e as Cortes de Lisboa e Madri de que os jesuítas eram os verdadeiros rebeldes.¹³

¹¹ MATEOS, 1951, p. 245-246.

¹² Ata, de 24 de março de 1754, da conferência realizada na ilha de Martim Garcia, entre Gomes Freire, o Marquês de Valdelirios e Andonaegui, sobre a forma de como ocuparem as aldeias das Missões, documento 17.290, em CASTRO E ALMEIDA, 1936.

¹³ Cópia de uma carta, de 24 de fevereiro de 1754, do Alferes José da Silva Matos para o Governador Paschoal de Azevedo relatando um ataque de índios às forças portuguesas do Rio Pardo, em CORTESÃO, 1963, documento CLI: (...) porque na madrugada do dia 23 do corrente lhe acometerão os Índios, que se bem se contarão passavam de mil, comandados por hum P. da Companhia (...). Por carta de 15 de abril (documento CLII), comunicou Gomes Freire ao futuro Marquês de Pombal (...) se resolverão os Tapes ao assalto, vindo mais de mil capitaniados por hum P. da Comp., como V. Ex.ª verá da cópia n.º 2, escrita por hum Alferes ao Gov. Do Rio Grande (...). Sobre esse ataque ver Breve notícia, de 4 de março de 1754, documento 19.224, em CASTRO E ALMEIDA, 1936.

Pressionado por Madri, Andonaegui acabou por lançar a operação no decorso de um inverno extremamente rigoroso e escolheu um itinerário perpendicular aos afluentes do rio Uruguai, cujas enchentes e pântanos lhe dificultaram a progressão. A lama, a neve e o gelo destruíram as fracas pastagens que tinham escapado a um verão exageradamente seco, e os animais da coluna, sem outro alimento, foram morrendo ou ficando incapazes. De nada valeu enviar pedidos de novos animais à aldeia das Missões mais próxima, a ocidente do rio Uruguai, porque também aí tinha chegado a rebeldia. E, assim, em 10 de agosto, tendo levado mais de 70 dias para vencer 70 léguas, viu-se Andonaegui forçado a retirar, quando ainda estava a 25 léguas do rio Ibicuí. A defesa deste fora confiada aos índios da margem ocidental do rio Uruguai, deixando livres os dos Sete Povos para enfrentarem

Gomes Freire. Seguido por cerca de 300 índios que lhe roubavam cavalos e faziam pequenas escaramuças, decidiu-se o Governador mandar atacá-los, do que resultou o número impressionante de 230 mortos e 72 prisioneiros, segundo os espanhóis, e cerca de metade, segundo os jesuítas.¹⁴

Entretanto, Gomes Freire teve que percorrer, com parte das suas forças, 150 léguas até a Vila do Rio Grande, onde reuniu seu exército e tomou conhecimento de novo ataque falhado dos índios ao Forte do Rio Pardo.¹⁵ Marchou mais 87 léguas até ao referido forte para dali sair, em 25 de agosto, na direção da aldeia de Santo Ângelo. Também ao general português, apesar dos seus esforços, impediu o rigoroso inverno de chegar às Missões a 15 de julho, como fora planejado.¹⁶

Em 7 de setembro, chegou ao passo do rio Jacuí, que naquele momento não era vadeável e se achava defendido por uma força de

índios entrincheirada. E foi só na noite seguinte que teve conhecimento que Andonaegui tinha suspenso a marcha para as Missões, não o informando, contudo, da data em que tencionava voltar à ação. Assegurada a passagem do rio, considerada uma vantagem para o prosseguimento da campanha, ali permaneceu 75 dias, inquietado pelos índios e pela subida das águas, até receber comunicação do general espanhol de que só daí a seis meses se poderia retomar a atividade.¹⁷

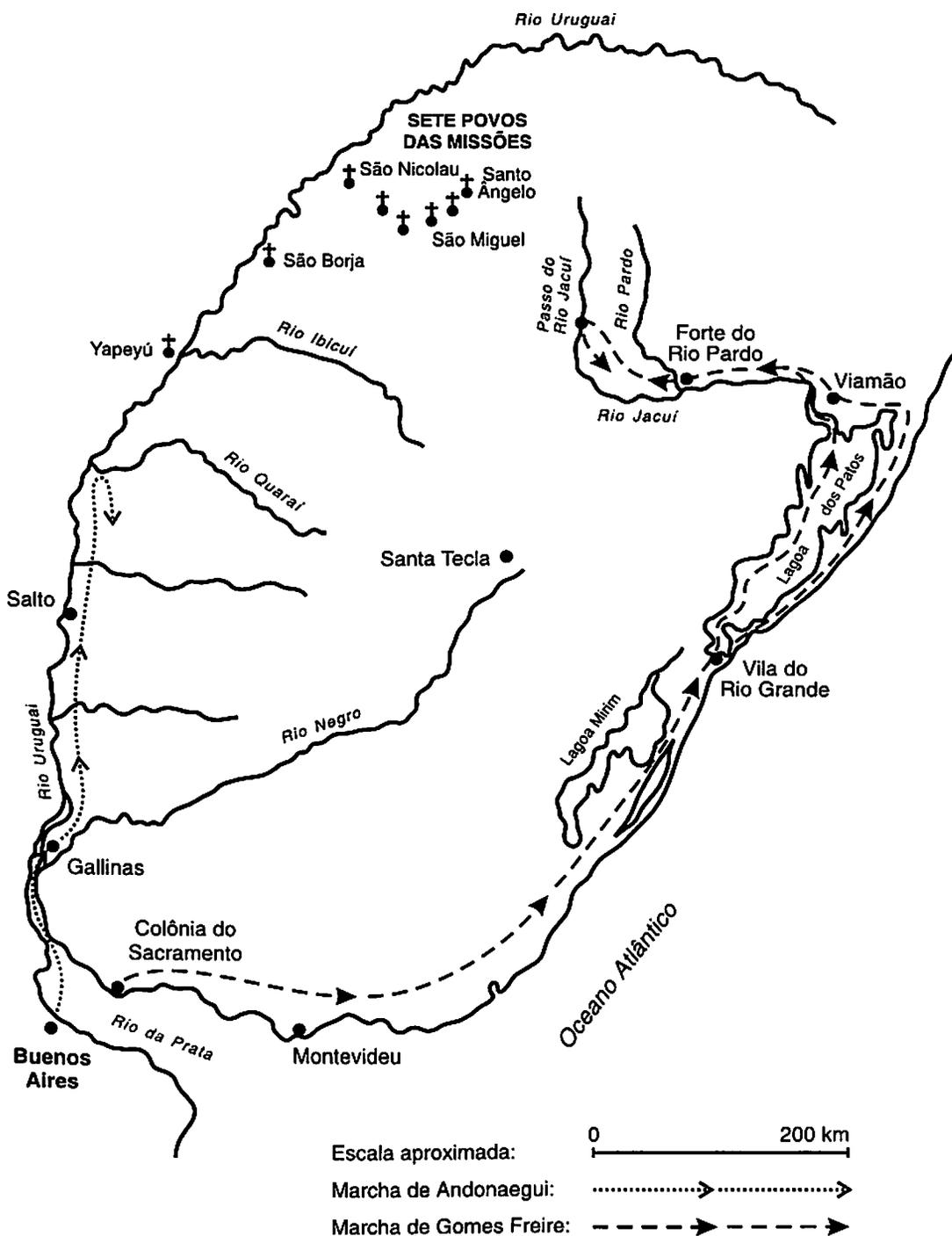
Gomes Freire, que sendo auxiliador não podia agir na falta do auxiliado, negociou uma trégua com os índios e retirou-se, primeiro para o Rio Pardo e, depois para o Rio Grande, propondo que, numa segunda campanha, se juntassem as forças dos dois países em Santa Tecla e seguissem daí, em conjunto, para as Missões. Assim, se veio a fazer, mas só em 1756, pois Andonaegui, só passado o inverno de 1755, estava em condições de retomar as operações.

¹⁴ A Primeira Campanha de Andonaegui é descrita em MATEOS, 1951, p. 295-305, em KRATZ, 1954, p. 112-116 e em TESCHAUER, 1921, pp. 243-247.

¹⁵ Ofício de Gomes Freire, de 23 de junho, em CASTRO E ALMEIDA, 1928, p. 369. A versão portuguesa difere da que é apresentada pelos três historiadores jesuítas citados na nota anterior, os quais seguem os relatos da época dos padres Tadeu Henis (em GARCIA, 1930, pp. 473-544) e Bernardo Nusdorffer (em TESCHAUER, 1922, p. 191-507).

¹⁶ A Primeira Campanha de Gomes Freire é descrita em CUNHA, 1853, p. 157-201.

¹⁷ (...) *o conservar as Tropas em aquele passo 75 dias, alguns pelas grossas enchentes no ultimo risco, chegando a fazer-se a vivenda e a comida sobre as arvores e sendo o trato de humas a outras em canoas, só vendo se acredita e se percebe (...)* carta de Gomes Freire, de 3 de dezembro de 1754, em CASTRO E ALMEIDA, 1928, p. 399.



Esboço 1 – A GUERRA GUARANÍTICA – 1ª Campanha (1754)

Muito tinha mudado a Europa. Ainda em 1754, falecera o ministro Carvajal e o sucessor, Ricardo Wall, informou a Fernando VI do que se passava na América, decidindo este que não se faltasse à sua palavra e se cumprisse o tratado. Em meados de 1755 desencadeou, o futuro Marquês de Pombal, um plano para terminar, de forma concertada, com a influência dos padres da Companhia nas Missões e nas Cortes de Portugal e Espanha.¹⁸ Por outro lado, instruiu o Embaixador em Madri para lançar a idéia de se manter a demarcação de limites estabelecidos no tratado e se abandonarem as cedências mútuas, continuando Portugal com a Colônia e a Espanha com as sete aldeias das Missões.¹⁹

Fernando VI considerou que seria prejudicial para a América, por constituir um mau exemplo, recuar perante a resistência dos rebeldes e, pelo contrário, determinou medidas para se lhes fazer a guerra *com toda a*

força e despediu o seu confessor, o jesuíta padre Francisco Rábago, por meio do qual seus irmãos sempre esperaram obter a anulação da cedência das Missões.²⁰

Reunidos Gomes Freire e Andonaegui na região de Santa Tecla, em 16 de janeiro de 1756, dali seguiram para as Missões.²¹ Pouco depois começaram os índios a atacar elementos ou forças isoladas e a fazer a guerra de terra queimada que, se tivesse sido mantida e levada ao extremo, levantaria um sério problema aos aliados pela falta de pastagens. Mas, em 7 de fevereiro, numa ação mais significativa, foi morto o Capitão Sepé, o comandante dessas guardas avançadas, considerado um chefe capaz e, por isso mesmo, partidário de uma atuação guerrilheira.

Nicolás Nenguiru, chefe dos 2.000 índios que já se achavam na região, resolveu vingar a morte de Sepé e instalou suas forças num morro ligeiramente fortificado, no qual se opôs à passagem dos exércitos aliados.

Foi essa decisão precipitada, pois ainda se aguardava a chegada de muitos índios e havia posições mais fortes à retaguarda. O armamento de que dispunham não era adequado para fazer face a forças regulares com significativa artilharia, e faltava disciplina, efetiva unidade de comando e acordo acerca da forma de atuar.

Estava-se a 10 de fevereiro e teve lugar a maior ação de toda a guerra que ficou conhecida como a batalha de Caiabaté. Uma espécie de batalha de Canas, célebre pelo duplo envolvimento, como a considera o General Paula Cidade, ou apenas a hecatombe, matança ou carnificina que outros consideram? Os relatos portugueses e espanhóis valorizaram a vitória, referindo números de mortos variáveis entre 1.200 e 1.700, enquanto os dos jesuítas a pretenderam diminuir, registando apenas 300 a 600.²² O fato de somente se terem verificado entre 127 e 154 prisioneiros e as perdas luso-espanholas terem sido insig-

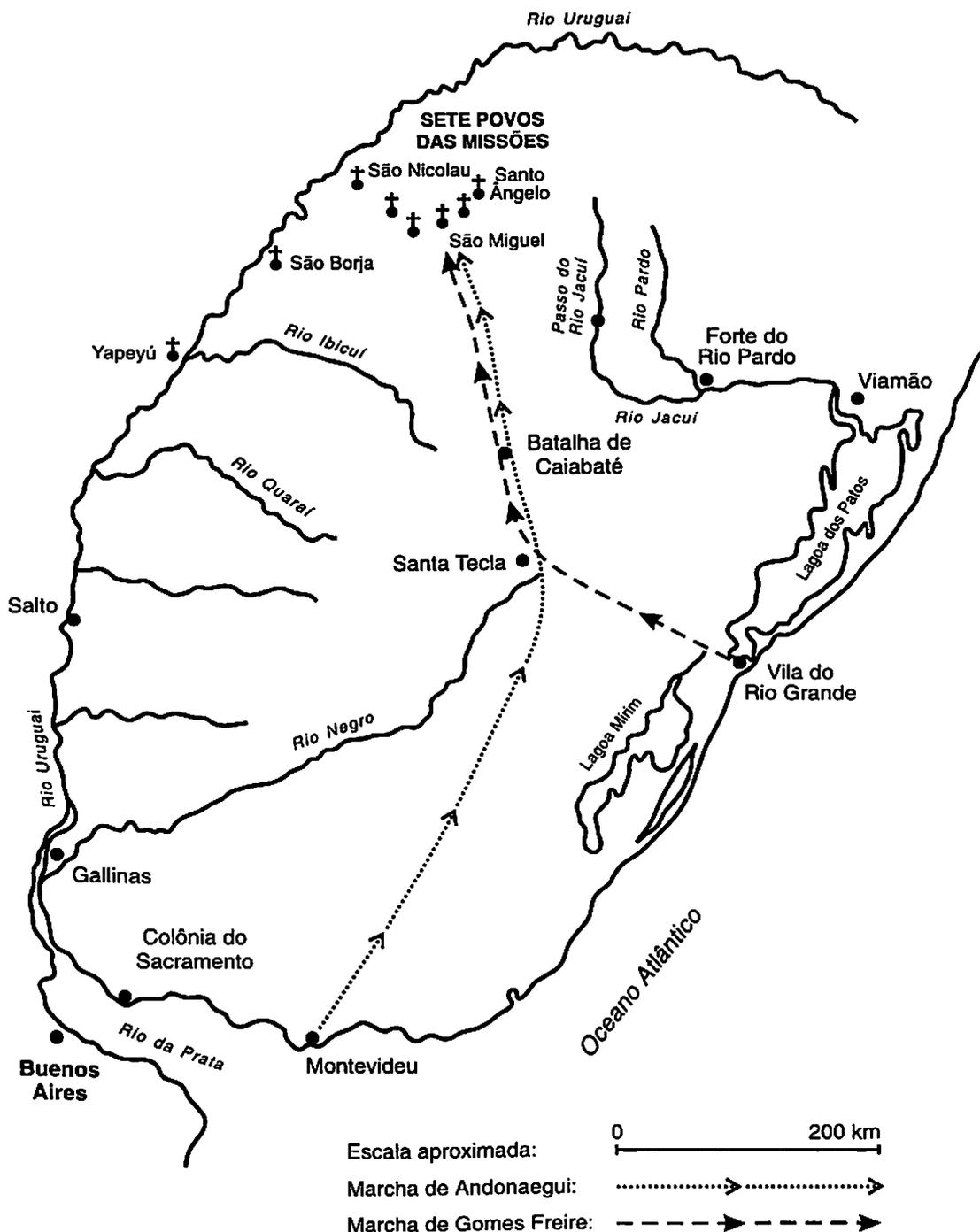
¹⁸ Carta *Secretíssima* do Secretário de Estado para o Conde de Unhão, de 25 de junho de 1755, em CORTESÃO, 1963, documento XLIII.

¹⁹ Idem, de 27 de junho de 1755, documento XLVII.

²⁰ Carta do Conde de Unhão para Sebastião José de Carvalho e Melo, de 6 de Outubro de 1755, em CORTESÃO, 1963, documento LVI.

²¹ A Segunda Campanha é descrita em MATEOS, 1952, pp. 75-101, em KRATZ, 1954, p. 149-161, em TESCHAUER, 1921, p. 256-280 e em CUNHA (testemunha presencial), 1853, p. 200-321.

²² De acordo com TESCHAUER, 1921, p. 267, o Capitão Rodrigues da Cunha indica 1.400 índios mortos, D. Francisco Grael (oficial espanhol) 1.200, o Padre Henis 600, o Padre Nussdorffer 600, o Padre Escandon 400, o historiador Southey 1.500, o historiador Francisco Bauzá 1.511, e o Governador Andonaegui 1.700. KRATZ, 1954, p. 152, indica que o Padre Gutiérrez mencionou apenas 300 mortos.



Esboço 2 – A GUERRA GUARANÍTICA – 2ª Campanha (1756)

nificantes parece confirmar ter havido excessos por parte das forças dos dois países.

Ainda tentaram, os índios, flagelar as colunas ou mesmo detê-las, mas, não logrando qualquer êxito, entraram os exércitos, em 17 de maio, na aldeia de São Miguel, previamente incendiada e abandonada pelos índios. Na noite de 19, foi ocupada sem resistência a aldeia de São Lourenço. Seguidamente foram-se apresentando os padres e algumas autoridades das aldeias, mas a maioria dos guaranis fugira para os matos ou para as estâncias.

Do ponto de vista militar, a Guerra Guaranítica estava terminada. Continuava, porém, a faltar que as populações aceitassem transferir-se para território espanhol. Sem essa condição satisfeita, Gomes Freire não podia receber as aldeias nem entregar a Colônia do Sacramento. Carvalho e Melo de tudo culpava a Companhia, contra a qual lançou uma frenética campanha, quer em nível

interno quer diplomático, que muito contribuiu para a sua extinção, em 1773.

Com o falecimento da rainha e pouco depois do Rei da Espanha, desapareceram os últimos criadores do Tratado de Madri. O sucessor, Carlos III, assinou, em 1761, o Tratado do Pardo, que anulou o de Madri. Os conflitos entre portugueses e espanhóis iriam recomeçar no sul do Brasil logo no ano seguinte.

Que recordar desta estranha guerra que tenha interesse para a História Militar? Fica, pelo menos, uma idéia da forma como, naquela época, se fazia a guerra numa área extensa, desprovida de vias de comunicação e de quaisquer recursos. Havia que vencer distâncias consideráveis e transportar tudo o que se necessitava. Gomes Freire, por exemplo, na primeira campanha, percorreu, só na ida, cerca de 1.500 quilômetros!

Por outro lado, os bois e cavalos necessários dependiam das pastagens para a

sua alimentação e arruinavam-se com freqüência, quer por falta daquelas, quer pela extrema dureza dos improvisados caminhos que tinham de percorrer. Só assim se compreende o impressionante número de animais que, à partida, incluía cada coluna. Atente-se, a título de exemplo, no exército de Andonaegui, em 1774. Para um efetivo da ordem de 1.250 militares e 400 peões, partiu com 11.000 cavalos, 1.500 bois para a tração de 200 carros e 5.000 vacas para abate.²³ Gomes Freire, na segunda campanha, para um efetivo semelhante, partiu com 4.030 cavalos e muares, 1.816 bois para 152 carros e 2.823 reses de abate.²⁴ Imagine-se a área de pastagem necessária para tanto gado e os problemas de segurança que punha a sua guarda! E a extensão das colunas dos trens que chegavam a atingir dez quilômetros? Teriam sido objetivos apropriados para a guerrilha dos índios se tivessem chefias competentes. 

²³ MATEOS, 1952, p. 291 e 296.

²⁴ CUNHA, 1853, p. 201. Gomes Freire utilizava menos cavalos porque sua infantaria deslocava-se a pé.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTUNES, De Paranhos, *Os Dragões do Rio Pardo*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1954.
- BARBA, Enrique M., *Don Pedro de Cevallos*, 3ª ed., Madri, Ediciones de Cultura Hispânica, 1988.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *O espaço missioneiro e a geopolítica pombalina*, in *Anais do V Simpósio de Estudos Missioneiros*, Santa Rosa (RS), 1983, pp. 59-76.
- _____. *A política pombalina no Sul do Brasil*, in *Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, São Paulo, 1983, pp. 9-11.
- BRASIL, Assis, *Batalha de Caiboaté*, Porto Alegre, Editora Globo, 1935.
- BRAZÃO, Eduardo, *Os Jesuítas e a delimitação do Brasil de 1750*, Braga, Livraria Cruz, 1939.
- CALMON, Pedro, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, vol. IV, 1961.
- CAEIRO, José, *História da expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal (Séc. XVIII)* Lisboa, Editorial Verbo, vol. I (livro), 1991.
- CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedroso, Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina (Economia e Política Externa)*, 2ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- CASTRO E ALMEIDA, Eduardo, *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar*, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. L e vol. 71, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1936 e 1951.
- CÉSAR, Guilhermino, *História do Rio Grande do Sul (Período Colonial)*, Porto Alegre, Editora Globo, 1970.
- CHAVES, Omar Emir, *Fronteiras do Brasil (Limites com a República da Colômbia)*, *Os Tratados*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1943.
- CIDADE, Francisco de Paula, *Lutas ao Sul do Brasil com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1948.
- CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Lisboa, Livros Horizonte, 4 vol., 1984.
- _____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750)*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, parte IV - Negociações, tomos I e II, parte V - Execução do Tratado, 1953, 1960, 1963.
- _____. *Manuscritos da Coleção de Angelis*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, VII - Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802), 1969.
- COUTO, Jorge, *Os conflitos com as reduções jesuíticas da província do Paraguai: a guerra guaraníca*, in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Alfragide, Ediclube, vol. V, 1993.
- CUNHA, Jacinto Rodrigues da, *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguai*, in *Revista do IHGB*, tomo XVI, 3ª série, n.º 10 e 11, 2ª e 3ª trimestres, 1853, p. 137-321.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Sousa, *História do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Organização Simões, 1954.
- DONATO, Hernâni, *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, São Paulo, IBRASA, 1987.
- FERREIRA FILHO, Arthur, *História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1960)*, 2ª ed., Porto Alegre, Editora Globo, 1960.
- GARCIA Rodolfo (dir.), *Documentos sobre o Tratado de 1750*, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LII, 1930 e vol. LIII, 1931, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1938.
- GAY, João Pedro, *História da República Jesuítica do Paraguay desde o descobrimento do Rio da Prata até aos nossos dias, anno de 1861* in *Revista do IHGEB*, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª trimestres, 1863, p. 5-120, 185-268, 351-447, 589-838.

A GUERRA GUARANÍTICA, UMA GUERRA INVULGAR E INCÔMODA

- GÓMEZ, Ángel Barral, *Rebeliones indígenas en la América Española*, Madri, Editorial Mapfre SA., 1992.
- GUTIERREZ, Ramón, *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*, Rio de Janeiro, Unesco, 1987.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PERFIL DE UM POVO*, Brasília e Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, vol. I, 1972.
- KRATZ, Guillermo, *El tratado hispano-portugues de limites de 1750 y sus consecuencias*, Roma, Institutum Historicum S. I., 1954.
- LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro e Lisboa, tomo VI, 1945
- LOPES, Maria da Graça Fortes Rocha Ribeiro, *A demarcação dos limites meridionais do Brasil e a Guerra dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai na Corografia Brasileira do P. e Aires do Casal*, Lisboa, Faculdade de Letras da U. L., 1992, policopiado.
- LUZ SORIANO, Simão José da, *História do Reinado de D. José e da Administração do Marquês de Pombal*, Lisboa, Tipografia Universal, tomo I, 1867.
- MALLMANN, Alfeu Nilson, *Retrato sem retoques das Missões Guaranis*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1986.
- MATEOS, F., *El tratado de limites entre España y Portugal de 1750 y las Misiones del Paraguay (1751-1753) in Missionalia Hispanica*, n.º 17, Madri, 1949, p. 319-378.
- . *La Guerra Guaranítica y las Misiones del Paraguay. Primera Campaña (1753-1754)*, in *Missionalia Hispanica*, n.º 23, Madri, 1951, p. 241-316.
- . *La Guerra Guaranítica y las Misiones del Paraguay. Segunda Campaña (1755-1756)*, in *Missionalia Hispanica*, n.º 25, Madri, 1952, p. 75-121.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, Visconde de São Leopoldo, *Anais da Província de São Pedro*, 5ª ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- PORTO, Aurélio, *História das Missões Orientais do Uruguai*, vol. I, in *Publicações do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.º 9, 1943.
- QUEVEDO, Júlio, *Aspectos das Missões no Rio Grande do Sul*, 2ª ed., Porto Alegre, Martins Livreiro, 1997.
- . *A Guerra Guaranítica*, São Paulo, Editora Ática, 1996.
- ROCHA POMBO, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc., vol. II, 1953.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, vol. VI, 1982.
- SEVERAL, Rejane da Silveira, *A Guerra Guaranítica*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1995.
- SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, São Paulo, Edições Melhoramentos, vol. III, 1977.
- SOUZA JÚNIOR, Antônio de, *Caminhos Históricos de Invasão*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1950.
- TESCHAUER, Carlos, *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*, Porto Alegre, Livraria Selbach, 3 vol., 1918, 1921, 1922.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, 8ª ed., São Paulo, Edições Melhoramentos, tomo IV, 1975.
- VIANNA, Hélio, *História do Brasil*, 15ª ed., São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1994.